

Comité Nacional para os Direitos do Homem

"Para um Plano de Acção Nacional para os Direitos do Homem em Cabo Verde"

RELATÓRIO DA MISSÃO: SÃO VICENTE E SANTO ANTÃO

17-24 de Julho de 2002

**Preparado por:
Geraldine Becchi
UNV
Ponto Focal Hurist**

**Traducido do frances por:
Fatima Duarte**

1. INTRODUÇÃO

1.1 CABO VERDE E O PANDH

A recomendação de elaborar um Plano de Acção Nacional para a protecção e a promoção dos Direitos do Homem (PANDH) data de 1999. Nessa época uma missão conjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Alto Comissariado para os Direitos do Homem tinha conduzido, sob convite do Governo cabo-verdiano, um estudo sobre a situação do país no domínio dos direitos do homem. Uma das principais recomendações procedentes desta missão tinha sido a elaboração de um PANDH.

Após esta missão e os contactos entre o Ministério da Justiça e a Administração Interna de Cabo Verde e o PNUD, Cabo Verde foi escolhido como país piloto para beneficiar de um apoio financeiro e técnico do programa Hurist para elaborar um Plano de Acção Nacional para a protecção e a promoção dos Direitos do Homem. O projecto tem a duração de um anos e financia todas as despesas ligadas à elaboração do PANDH e ao funcionamento do Comité Nacional para os Direitos Humanos. O programa HURIST é financiado conjuntamente pelo PNUD e o Alto Comissariado para os Direitos do Homem.

1.2 ELABORAÇÃO DO PANDH NO CABO VERDE

A elaboração do PANDH no Cabo Verde consiste de três fases.

A primeira prevê a identificação de um organismo encarregado elaborar o Plano e definir uma metodologia para a elaboração do PANDH. Um Comité Nacional para os Direitos Humano (CNDH) foi criado pelo decreto-lei 19 de 24 de Setembro de 2001 e é responsável da elaboração do PANDH. Esta fase terminou com a organização de um seminário celebrado na Praia a 6 e 7 de Junho de 2002 que definiu a metodologia para elaborar o Plano.

A segunda fase prevê a organização de onze missões que cobrirão os 17 municípios de Cabo Verde. Estas missões terão por objectivo a divulgação do projecto e também recolher as informações necessárias para elaborar o Plano.

A terceira fase consiste na elaboração de um anteprojecto do Plano que será apresentado numa conferência nacional. As recomendações e conclusões desta conferência serão incorporadas, quando reconhecido conveniente, no Plano. O Comité aprovará a versão final do Plano e apresentá-lo-á ao Governo e ao Parlamento.

O projecto tem a duração de um ano e terminará em Março de 2003.

2. MISSÃO E OBJECTIVOS

A missão desenrolou-se a partir da quarta-feira 17 de Julho à quarta-feira 24 de Julho de 2002. A 18 e 19 de Julho a missão conduziu a sua avaliação na ilha de S. Vicente onde existe só um município, o de Mindelo. A 22 e 23 de Julho a missão visitou os municípios de Porto Novo, Ribeira Grande e Paul, assim cobrindo o território da ilha de Santo Antão.

A missão era composta pela :

- a Coordenadora do Comité Nacional para os Direitos Humano, a Sra. Vera Duarte,
- um membro do CNDH, o Sr. Armindo Oliveira (Presidente dos Ordens dos Advogados) e
- o ponto focal do programa Hurist em Cabo Verde para o PNUD, Dr.^a Geraldine Becchi

Um membro do Comité, o Sr. Aderito Ferreira, não pôde participar na missão.

O objectivo da missão era recolher informações sobre as violações mais comuns em Cabo Verde no domínio dos direitos humanos e do qual a população sofre prioritariamente. Estas informações serão analisadas durante a elaboração do PANDH. Mais, a missão queria tornar público este esforço do Governo, do PNUD e o Alto Comissariado aos Direitos do Homem e fazer participar activamente a população na elaboração do Plano a fim de promover a sua apropriação. Durante os seminários abertos ao público foram divulgados informações relativas ao Comité e ao programa HURIST.

3. METODOLOGIA

Por ser esta a primeira missão do Comité os delegados tinha convindo que esta missão teria testado uma metodologia que teria sido utilizado para as missões seguintes ela revelava-se adequado.

Em conformidade com as decisões avaliam durante o Atelier sobre a Metodologia, cada município tinha sido solicitado escolher um ponto focal, encarregado garantir as relações entre o Comité e o Camara municipal. A delegação por conseguinte primeiro encontrou e informou o ponto focal de cada município (Mindelo, Porto Novo, Ribeira Grande et Paúl) sobre as expectativas da missão e a importância do papel do ponto focal no processo de elaboração do Plano.

A metodologia escolhida pela Coordenadora do Comité e responsável da elaboração do plano a seguir durante as reuniões públicas foi recolher a brainstorming/informação utilizando-o. Uma apresentação geral sobre os direitos humanos, outra sobre a legislação em vigor em Cabo Verde e outra sobre o

programa Hurist, lançaram os debates entre os participantes. Fazendo parte desta metodologia, o debate não foi canalizado para nenhuma violação ou temática específica a fim de deixar os participantes exprimirem-se sem limites.

Durante cada encontro a delegação tratou os pontos seguintes:

1. Os princípios fundamentais referentes ao processo de elaboração do PANDH;
2. O papel das Nações Unidas e em especial o programa HURIST na elaboração do PNADH;
3. A importância de elaborar um PANDH;
4. A metodologia de elaboração do PANDH.

As intervenções dos delegados foram assim divididos:

1. A Sra. Vera Duarte: introdução às questões de direitos humanos;
2. A Dr^a Geraldine Becchi: apresentação do programa Hurist, plano do trabalho do projecto e metodologia do projecto;
3. O Sr. Armindo Gomes: estrutura constitucional e legal de direitos humanos em Cabo Verde, introdução às violações mais comuns.

Aos representantes das organizações não governamentais bem como os pontos focais de cada município foi solicitadas enviar documentação sobre o perfil socio-económico do município, apoio indispensável para redigir o presente relatório.

Um questionário composto por 10 Questões foi distribuído aquando dos encontros com os pontos focais dos municípios e as sessões públicas. Aos pontos focais foi solicitado divulgar este questionário nos seus municípios e recolhera-o e retornar ao Comité uma vez respondido. O objectivo deste questionário, que será utilizado aquando da elaboração do PANDH, é fornecer às pessoas as possibilidades de exprimir opiniões sobre a situação dos direitos humanos em Cabo Verde fora das sessões públicas

4. CALENDÁRIO DA MISSÃO E PESSOAS CONTACTADAS

A delegação reuniu-se a 17 de Julho de 2002 em Mindelo para detalhar os papéis de cada pessoa e finalizar o programa. O 18 de Julho a delegação encontrou o ponto focal do município de Mindelo, a Sra. Antónia Júlia Ramos dos Reis, e seguidamente o Presidente da câmara municipal e um grupo restrito dos seus colaboradores. Durante a tarde realizou uma reunião com as organizações locais que trabalham com as crianças e as mulheres.

O 19 de Julho um atelier aberto aos todos os cidadãos foi organizado na sala das reuniões da biblioteca municipal de Mindelo. O atelier estava aberto ao público e era articulado em duas sessões (manhã e tarde). O município tinha

enviado convites à cerca de oitenta organizações, mas os presentes eram trinta e uma. Os participantes representavam as organizações não governamentais (Cruz Vermelha, OMCV, Centro Acolhimento irmãos Unidos, Morabi, ect.), o Governo (Ministérios da Agricultura e do Trabalho), os militares e a polícia, os membros da Assembleia municipal, os assistentes do Presidente da câmara municipal, os institutos governamentais de protecção dos grupos vulneráveis (ICM e ICS), os meios de comunicação social. Mais estiveram presentes cidadãos a título privado. A lista completa dos participantes pode ser consultada no anexo 2.

A 22 de Julho a delegação deslocou-se à Santo Antão onde encontrou o ponto focal do município de Porto Novo, a Sra. Leandra Silva, e os presidentes da câmara municipal dos municípios de Paúl, o Sr. Americo Almeida, e Ribeira Grande, o Sr. Jorge Santos. O ponto focal nomeado pelo Presidente da câmara municipal do município de Paúl é o conselheiro municipal o Sr. Helder Lopes e o Presidente da câmara municipal do município de Ribeira Grande nomeou o Sr. Anisio Rodrigues como ponto focal.

Um atelier aberto ao público realizou-se na escola primária de Ribeira Grande a 23 de Julho de 2002. Representantes dos ONGs, dos municípios, sociedade civil e dos cidadãos privados participaram neste atelier que teve a duração de um dia completo

5. RELATÓRIOS DA MISSÃO A SÃO VICENTE E SANTO ANTÃO

Nos próximas dois capítulos deste relatório as informações recolhidas na ilha de São Vicente e a ilha de Santo Antão serão apresentadas. Cada capítulo descreve uma ilha e os seus municípios.

6. RELATÓRIO DA MISSÃO A SÃO VICENTE

6.1 INTRODUÇÃO

Mindelo, a capital da ilha, é o centro da ilha. Antiga capital do País ainda é renomada pela sua vida cultural, conhecida como a mais activa de Cabo Verde. A ilha é extremamente desértica e só foi habitada a partir de 1794. A economia da ilha vive em redor do porto e todos os produtos de Santo Antão passam por Mindelo.

A ilha de São Vicente é desértica e não possui fontes de água doce. A agricultura é inexistente. Aos habitantes da ilha é fornecidas água por désalinizadores.

6.2 RETRATO SOCIOLÓGICO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MINDELO

Só um conselho municipal cobre a ilha de São Vicente, o de Mindelo. A ilha é composta por 227 Km² e tem uma população de 67,844, ou seja 298.9

habitantes por km². A previsão para o ano 2005 é de 86,658 habitantes. A população residente durante a década 1990-2000 manteve-se praticamente constante (15,5% no ano 2000) com uma taxa média anual de aumento de 2,7%. A ilha é desértica e a população é principalmente urbana (93,1% no ano 2000), vivendo em Mindelo.

O número de famílias é de 16,021. A taxa bruta de mortalidade é de 6.5% em 1998. A população idosa representa 8.7% da população.

A pesca artesanal representa um sector importante da economia de São Vicente que cobrindo 24% da pesca em Cabo Verde em 1999.

O número de empresas activas em São Vicente no ano 1997 era de 1,420 empresas, ou seja 21% do país e absorvia 29% da força trabalho do País.

Apesar disto a taxa de desemprego é de longe a mais elevada de Cabo Verde: 23,2% da população com mais de 15 anos está no desemprego, contra uma média nacional de 17,3%. A população inactiva é de 35,4% (média nacional 30,5%).

Evolução da taxa de desemprego por ilha, 1995 a 1999

	1995 4° Trimestre		1996 4° Trimestre		1997 4° Trimestre		1998 4° Trimestre		1999 4° Trimestre	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
S. Vicente	32.2	34.7	37.3	28.9	40.0	47.0	36.9	24.4	24.1	37.7
Fonte : IAFP - Observatório de Migrações e Emprego										

As condições de vida na ilha podem ser assim resumidas. 53,1% da população é fornecida por água de canalização, 13,8 pelas fontes públicas e 12,9% por camião cisterna. 84,7% torna a água potável acrescentando "lixívia" (água javel) na água. 80,4% da população tem electricidade em casa. 35,9% da população da ilha não possui nem uma sala de banho nem o lavabo, 40,4% não tem o lavabo e 20,5% possui um lavabo e uma sala de banho. O gás é utilizado para cozinhar (94,2%). O material mais utilizado para as construções, os solos e os tectos é o cimento.

Considera-se que 51,6% da população vive em condições confortáveis, 30,6% em condições medias e 17,9% em baixas condições.

86,5% possui rádio, 61,2% geleira, 70% uma televisão, 12,4% um automóvel, 10,1% não tem nenhum bem duradouro.

O número de médicos tem aumentado sensivelmente. Em 1990 São Vicente contava 23 médicos (1,145 habitantes por médico), bem em relação ao 2,118 da media nacional. No ano 2000, encontravam-se na ilha 49 médicos (1,384

habitantes por médico), melhor que o resto de Cabo Verde: as estatísticas de Cabo Verde contam 2,603 habitantes por médico.

6.3 FINDINGS

A delegação, após ter consultado os municípios, as organizações não governamentais, os institutos nacionais e os cidadãos mencionados no anexo 2, resume as suas principais preocupações no domínio dos direitos humanos no Conselho municipal de Mindelo na lista seguinte.

Problemas ligados as questões sociais:

A) A irresponsabilidade dos pais em caso de separação ou divórcio. Frequentemente o progenitor que guarda a criança não recebe ajuda financeiro pelo outro progenitor. De resto é necessário fazer com que o progenitor (geralmente o pai) pague a pensão alimentar estabelecida pelas autoridades.

B) Habitações inadequadas. Várias famílias pobres do município vivem em estruturas inadequadas a ser habitadas. Mais, foi observado que nas famílias onde o espaço na casa é limitado e/ou existe promiscuidade, o risco de abusos sexuais é mais alto.

C) Planificação familiar. No Conselho os principais problemas ligados à falta de planificação familiar são:

1. A maternidade precoce (que está a aumentar);
2. As crianças de rua;
3. A prostituição juvenil;
4. A irresponsabilidade do pai

A planificação familiar é um instrumento indispensável a fim de efectuar um controlo sobre o número crescente de nascimentos. Durante a reunião de 18 de Julho com as ONG foi sublinhado um desacordo entre a lei, que legaliza as relações sexuais a partir de 16 anos, e a idade de acesso às estruturas dedicadas à planificação familiar (18 anos).

D) Inexistência em Cabo Verde de centros de acolhimento para os alcoólicos. No Conselho municipal não há uma associação que lute contra o alcoolismo. Em Mindelo só um grupo de pessoas dá apoio aos alcoólicos.

E) Os preconceitos para com infectados pelo VIH/SIDA são bastante fortes na sociedade cabo-verdiana. A pessoa infectada é marginalizada pela sociedade e frequentemente afastada da família. É impossível beneficiar de um apoio externo.

Questões ligadas aos direitos das mulheres:

F) Falta de direitos das mulheres empregadas domésticas. Inexistência de uma lei que estabeleça os direitos e deveres das empregadas domésticas. Nenhuma lei regula os horários e os salários mínimos empregadas doméstica. Raramente a empregadas doméstica e o seu empregador pagam as contribuições sociais. Frequentemente ela trabalha de segunda-feira a sábado e às vezes ao Domingo também.

G) Mau tratamento das mulheres. A prática de bater nas mulheres é frequentemente utilizada em Cabo Verde pelo marido. Várias causas estão na base da sua reserva em denunciar os agressores: a vontade de preservar o meio familiar, a motivação económica, os factores culturais, etc.. a isto acrescenta-se a falta de preparação dos polícias em acolher estes casos na maneira devida e, nos casos em que elas têm os meios financeiros, à lentidão do sistema judicial.

Questões ligadas ao direito à saúde:

H) Frequentemente as famílias dos doentes mentais não têm os meios para se ocupar deles. A inexistente de estruturas especializadas para tratar os doentes mentais afecta os familiares e por conseguinte as condições de vida do doente.

I) Os funcionários públicos consideram insuficientes a segurança social em caso de doença.

J) Acesso aos medicamentos dos doentes crónicos. Os doentes crónicos devem pagar os seus medicamentos, o que faz gastar uma parte considerável do salário das pessoas com modestos rendimentos.

Questões ligadas aos direitos das crianças:

K) Trabalho infantil. As crianças frequentemente trabalham a partir da idade de 11-12 anos ou mesmo antes. Há casos também de crianças que começam a trabalhar muito mais cedo, sobretudo caso os pais sejam camponeses.

L) Os procedimentos de adopção de crianças são considerados demasiado burocráticos e conseqüentemente demasiado longos.

M) Em Cabo Verde existe um número bastante limitado de orfanatos. No município de Mindelo não existe nenhum orfanato. Os órfãos são acolhidos por membros da sua família, instituições (frequentemente religiosas) ou abandonados que vão aumentar o fenómeno das crianças de rua.

N) O número de crianças de rua está a aumentar. A maioria das estruturas acolhem as crianças de sexo masculino, deixando as raparigas de lado.

Questões ligadas à justiça:

O) A justiça nem Cabo Verde sofre de sérios demora na resolução dos casos. O tempo que demora para se ter uma sentença desmoraliza os cidadãos e fá-los desistir de apresentar o seu caso aos tribunais.

P) As despesas de acesso à justiça (pagamento dos advogados, despesas do tribunal, etc.) estão a cargo do queixoso. Isto reduz imensamente o número de pessoa que podem recorrer à justiça.

Q) O Código Penal cabo-verdiano data de 1889. Em várias ocasiões este código revelou-se inadequado, sobretudo no que diz respeito às violações. Um novo código penal foi elaborado a fim de modernizar o sistema penal, mas ainda não foi aprovado.

Questões de carácter gerais:

R) Atraso na apresentação dos relatórios periódicos exigidos pelos organismos das Nações Unidas sobre as Convenções ratificadas por Cabo Verde. Estes relatórios podem ser instrumentos para fazer respeitar e promover os direitos protegidos por estas convenções. O atraso na apresentação dos relatórios sobre as Convenções priva o País de um meio para determinar os passos dados nos direitos protegidos pelas convenções.

S) Certas convenções internacionais têm sido ratificadas pelo Cabo Verde, mas ainda não foram publicadas. Isto devido ao facto de apenas à partir da revisão da Constituição de 1999 a publicação ser necessária a fim de ter a aplicabilidade directa. Convenções internacionais a que o País aderiu antes da reforma constitucional não são directamente aplicáveis no sistema nacional porque não foram publicadas.

T) A ausência de uma organização de protecção dos consumidores foi levantada durante o seminário.

U) Alguns participantes lamentaram a inexistente ou bastante fraca responsabilidade cívica dos cabo-verdianos.

V) Foi relevada uma falta de coordenação entre as organizações não governamentais.

6.4 RECOMENDAÇÕES

Recomendações referem-se aos problemas sociais:

A) O sistema judicial deve ter os meios para punir o progenitor que não paga as pensões alimentares. Considerou-se necessário promulgar uma lei que puna o progenitor insolvente.

B) Os acordos assinados entre os pais sobre as pensões alimentares junto do Instituto Cabo-verdiano costas Menores tenham valor legal.

C) O município deve construir habitações económicas para as famílias mais desfavorecidas.

D) Os centros de planificação familiar devem ser abertos aos jovens a partir da idade de 16 anos.

E) A lei que proíbe as relações sexuais com menores de 16 anos deve ser aplicada estritamente.

F) Divulgar as leis sobre abusos sexuais a fim de indicar os seus direitos aos grupos vulneráveis.

G) Divulgar as informações para prevenir a maternidade precoce.

H) Promulgar leis sobre os horários e salário mínimo das empregadas domésticas.

Recomendações referentes às crianças:

I) Rever se desejável alterar a legislação em matéria de adopção.

J) Criar orfanatos.

K) As estruturas que acolhem as crianças de rua devem aumentar a sua atenção para com as raparigas.

L) Criar centros de formação profissional para as crianças de rua..

Recomendações ligadas ao acesso à saúde:

M) Garantir o acesso gratuito aos cuidados médicos e os medicamentos dos doentes crónicos.

N) Criar um centro de ajuda para os alcoólicos.

Recomendações ligadas à justiça:

O) Criar um ombudsman.

P) Garantir o acesso à justiça fornecendo às pessoas com rendimentos bastante modestos a assistência legal gratuita.

Q) Criar meios de solução extrajudicial dos conflitos (por exemplo com a criação dos mediadores, ré-instituição dos pesquisador publico.

R) Adoptar o novo código penal.

Recomendações ligadas aos problemas gerais:

S) Cabo Verde deve apresentar os relatórios periódicos devidos aos organismos das Nações Unidas sobre as Convenções ratificadas.

T) Cabo Verde deve publicar as Convenções que foram ratificadas mas não publicadas no Boletim Oficial.

U) O PANDH deveria recomendar a criação de um centro de acolhimento das vítimas dos abusos no domínio dos direitos do homem. Este centro deveria receber as queixas. É desejável que este centro exista em cada conselho municipal do país, a fim de evitar o "isolamento" dos conselhos periféricos.

V) O Comité deverá ser encarregado receber as queixas no domínio dos direitos do homem.

W) Divulgação dos direitos e deveres.

X) O papel dos meios de comunicação social é fundamental. Deverão ser sensibilizados às temáticas ligadas aos direitos do homem.

Y) Adopção de uma lei que preveja a instituição de um organismo para a protecção dos consumidores

7. RELATÓRIO DA MISSÃO A SANTO ANTÃO

7.1 INTRODUÇÃO

A ilha de Santo Antão é a ilha mais setentrional do arquipélago de Cabo Verde e a segunda ilha em extensão com os seus 779 km². O ponto mais alto da ilha toca 1979m. Santo Antão é a ilha mais verdejante de Cabo Verde e encontram-se eucaliptos, cedros e abetos. O clima específico de Santo Antão é devido às montanhas que bloqueiam as nuvens que provêm do Noroeste e sobretudo à humidade. Há também fontes de água suaves e a água Rotcha é engarrafada perto de Formiginhas (município de Ribeira Grande). O território não oferece planícies (excepção feita pela cratera de Cova) e por conseguinte a agricultura, actividade primária à Santo Antão, é desenvolvida sobre os flancos das montanhas nos numerosos vales. A ilha tem três conselhos: Ribeira Grande, Paúl e Porto Novo. O conselho de Porto Novo é desértico, enquanto que os outros dois são verdes.

7.2 RETRATO SOCIOLÓGICO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE PORTO NOVO, DE PAUL E DE RIBERA GRANDE

A população da ilha no ano 2000 era de 47,124 habitantes, ou seja 60,5 habitantes por km². A expectativa de crescimento da população em 2005 será de 52,821. O número de células familiares era, de acordo com último o recenseamento, de 10,219 famílias.

A taxa bruta de mortalidade em 1998 era de 6,4%. No ano de 1990, 12,8% da população habitava a ilha de Santo Antão. No ano 2000 a taxa reduzia-se à 10,9%. O conselho de Ribeira Grande (de 6,1% de habitante em 1990 à 5,0% no ano 2000) e de Paul (de 2,4% de habitante em 1990 à 1,9% no ano 2000) tem particularmente sofrido deste despovoamento. Apenas 30,2% da população da ilha podem ser considerados urbanos.

A taxa de desemprego na ilha é de 16,3% nas pessoas com mais de 15 anos (média nacional 17,3%). A inactividade toca cerca de 33% da população (média nacional 30,5%).

O número de empresas activas no ano de 1997 era de 781, ou seja 12% das empresas do País. 7% da força do país trabalham nelas. A pesca artesanal representa apenas 13% (1999) da pesca de Cabo Verde.

A população idosa representa 11,9% da população.

A taxa de analfabetismo em Cabo Verde toca os 25,2% da população, mas é de 30,4 em Ribeira Grande, de 38,8 em Paul e de 36,3 em Porto Novo. Entre as mulheres e os homens há uma grande diferença: as mulheres analfabetas no conselho municipal de Porto Novo representam 44,6% e 47,2% no conselho de Paul.

O quadro seguinte mostra a superfície cultivada, o rendimento e a produção da ilha de Santo Antão e de cada um dos seus municípios.

Ilha Concelho	Superfície (Ha)			Rendimento (kg/Há)			Produção (T)		
	Milho	Congo	Feijões	Milho	Congo	Feijões	Milho	Congo	Feijões
S. Antão	4024,7	1642,7	1089,6	197,9	1202,6	0,0	796,3	1975,5	0,0
Porto Novo	1480,8	156,3	114,1	176,6	2575,7	0,0	261,4	402,5	0,0
Paul	536,1	405,9	32,5	197,0	3723,7	0,0	105,6	1511,5	0,0
R ^a Grande	2007,9	1080,5	943,0	213,8	56,9	0,0	429,3	61,5	0,0

A água está a diminuir e as chuvas são cada vez mais raras e menos abundantes. A evolução das precipitações anuais no período 1993-1998 mostra esta evolução que será capaz de afectar a produção agrícola, a mais importante fonte de rendimentos da população.

Santo Antão			
Zona	Humide	Semi- Humide	Semi-aridee
Ano	Rabo Curto	Passagem	Lagedos
1993	439.1	455.3	83.0
1994	310.1	457.9	46.0
1995	307.1	233.1	90.0
1996	452.9	1053.5	118.0
1997	387.4	525.0	49.0
1998	236.2	384.0	132.0

Santo Antão 50,2% da população aprovisiona-se de água nas fontes, apenas 18,2% tem uma canalização interna em casa e 11,4% toma a água da fonte. 46,6% da população possui electricidade em casa.

66,1% da população desinfecta a água com "lixívia" (água javel), mas 32,4% não a desinfecta. Isto provavelmente deve-se ao facto de a ilha principalmente ser composta por montanhas e a água doce estar naturalmente presente.

68,8% da população não possui nem uma sala de banho nem o lavabo. 28,2% não possui a sala de banho.

A madeira é o material mais utilizado para cozinhar (55,5%), seguida pelo gás (43,4%).

A maior parte dos solos das casas é feita em cimento, mas 12,4% utiliza a terra. Embora o material de construção mais utilizado seja o cimento (57,1%), 18,1% utiliza as pedras e almofarizes, 13,2% terra e pedras. Embora o tecto seja frequentemente de betão (69%), a palha ainda é muito utilizada (17,8%).

Santo Antão 67,6% das pessoas possui rádio, 22,5% geleira, 25,5% televisão, 3,6% automóvel e 31,6% das pessoas não tem nenhum bem duradouro

Considera-se que 57,6% da população reputado vive em baixas condições, 27,5% em condições medianas e 14,9% em boas condições.

No ano 1990 havia 2 médicos em Ribeira Grande (5.025 habitantes por médicos), 1 em Porto Novo (7,289 por medico) e zero em Paul. No ano 2000 o rácio de médicos per capita desceu a 3.080 em Ribeira Grande (7 médicos), 8,325 em Paul (ou há a presença de um medico) e 8,619 em Porto Novo (2 medico).

7.3 FINDINGS

Durante o Atelier realizado em Ribeira Grande os participantes levantaram à atenção da delegação vários problemas.

Em geral os participantes estavam preocupados pelo isolamento das famílias pobres. Esta marginalização também deve-se à uma incapacidade dos marginalizados de comunicar.

Outro tema prioritário foi a taxa elevada de jovens desempregados na ilha, coisa que foi atribuída a uma formação profissional insuficiente.

Os seguintes problemas foram sublinhados.

Questões ligadas aos direitos das pessoas idosas:

- A) As pensões do velhos são inadequadas e insuficientes.
- B) Condição do velhos é frequentemente miserável e sem dignidade.
- C) As pessoas idosas tem falta de lazeres e o seu tempo livre não é organizado.
- D) A lista das pessoas que têm direito à pensão mínima do Estado é obsoleta. Uma primeira revisão já foi feita e pessoas mortas, imigrantes e falsos pobres foram descobertos.

Questões ligadas ao sistema judicial:

- E) Sistema judicial é lento e os cidadãos desconfiam da justiça.
- F) O acesso à justiça é limitado porque as pessoas com meios económicos modestos não recorrem a ela.
- G) Os menores não podem iniciar ou desistir numa acção judicial. É um dos pais ou quem guarda a criança que pode começar ou desistir, as crianças não têm nenhum poder.
- H) Fazer pagar as pensões alimentares para as crianças aos pais separados ou divorciados.

Questões ligadas aos direitos das crianças:

- I) A pedofolia e o fenómeno da complacência dos poderes.

- J) As escolas são frequentemente distante de casas. Isto coloca problemas para a escolarização nos meios rurais.
- K) Casos de violência dos professores para com os alunos foram registados na ilha.
- L) As crianças frequentemente são batidas pelos pais.
- M) Trabalho infantil. Os menores são frequentemente utilizados nos trabalhos agrícolas. Isto tem efeito no rendimento escolar e sobretudo aumenta a taxa de abandono escolar.
- N) Qualidade do ensino. Nas escolas a disciplina de formação social é dada por um professor que não estudou esta disciplina. Geralmente é um professor de uma outra Disciplina que dá este curso

Questões ligadas ao direito à saúde:

- O) Os doentes mentais estão abandonados a eles mesmos e vivem em condições sem dignidade humana.
- P) Os hospitais estão equipados pobremente.
- Q) O alcoolismo e o fenómeno do álcool ilegal. Em Santo Antão vários trappistes que produzem bebida alcoólicas localmente (nomeadamente "grogue" e o "aguardente") adicionam o metanol, o ácido sulfúrico ou excrementos de animais para aumentar ou interromper a fermentação alcolico. Os efeitos deletérios sobre o ser humano que deriva da ingestão prolongada destas substâncias foram já provados cientificamente.
- R) Em especial à Porto Novo o VIH/SIDA é um problema

Questões ligadas ao direito ao ambiente:

- S) O respeito do ambiente em Cabo Verde é bastante fraco.

7.4 RECOMENDAÇÕES

Durante o atelier um participante sublinhou que a sociedade em Cabo Verde é jovem e por conseguinte é mais fácil alterar a mentalidade das pessoas. Combater o analfabetismo através de uma sociedade instruída é um meio para lutar contra a pobreza.

- A) Divulgação dos direitos do homem mais extensiva

Questões ligadas aos direitos das crianças:

- B) Melhor proteger as crianças
- C) Divulgação dos direitos das crianças
- D) Orientar as famílias cabo-verdianos a alterar o seu costume de bater as crianças.

- E) O Estado deveria intervir pagando uma pensão alimentar ao progenitor que guarda a criança nos casos em que o pai não tem os meios económicos para pagar esta pensão.
- F) Criar centros de acolhimento para as crianças abandonadas

Questões ligadas aos direitos das pessoas idosas:

- G) Melhor proteger as pessoas idosas
- H) Actualizar a lista das pessoas que beneficiam da pensão mínima.
- I) Apoiar as pessoas idosas criando organizações com esta vocação

Questões ligadas aos direitos sociais:

- J) Aumentar a possibilidade para os jovens de formar-se profissionalmente e organizar o seu tempo livre
- K) Formar o pessoal responsável pela assistência social aos direitos humanos
- L) Formar um grupo de professores preparado nas ciências sociais

Questões ligadas aos direitos à saúde:

- M) Criar centros de informação sobre as doenças sexualmente transmissíveis, em especial em Porto Novo
- N) Sensibilizar o poder político sobre a questão do alcoolismo
- O) Fazer uma campanha de sensibilização sobre o alcoolismo
- P) Fazer controlos de qualidades sobre "grogue" e o "aguardente"
- Q) Aplicar estritamente a lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas aos menores
- R) Proibir a venda das bebidas alcoólicas aos doentes mentais

Questões ligadas ao acesso à justiça:

- S) A possibilidade de começar ou desistir-se de um processo verbal pelos menores deve ser reexaminada.

8. CONCLUSÕES

A missão atingiu os seus objectivos. Foram recolhidas informações muito importantes para a elaboração do Plano Nacional para os Direitos do Homem. Como decidido durante o Atelier sobre a metodologia as actividades foram efectuadas procurando realizar aproximação participativa. Diversos cidadãos foram sensibilizados às questões relativas aos direitos do homem, ao programa Hurist, à existência do Comité Nacional para os Direitos do Homem e a elaboração do Plano Nacional de Acção para os Direitos do Homem. Isto foi feito através de encontros com os municípios, em encontros públicos (os ateliers e as

sessões de trabalho com sectores da população especializada) e através dos meios de comunicação social.

Apesar do resultado global positivo é necessário fazer as observações seguintes. A cor política da administração municipal pode afectar o sucesso das missões e por conseguinte na efectuação do Plano Nacional para os Direitos do Homem. Será crucial efectivamente explicar que o Plano será o resultado de um esforço nacional, sem cor política

Embora os municípios seja sensibilizados bem sobre o seu papel, nenhum tem enviado o material que tinha-lhes sido pedido. Adicionalmente nenhum questionário foi enviado pelos municípios ao Comité Nacional para os Direitos do Homem.

A missão notou que as organizações não governamentais, as instituições nacionais, os organismos do estado a nível central e local demonstraram um profundo interesse na elaboração do Plano. Os participantes todos forneceram contribuições muito preciosas para o trabalho do Comité que serão úteis para a formulação do Plano Nacional de Acção para os Direitos do Homem no Cabo Verde.

A estabilidade do país, o regime democrático e o respeito dos direitos fundamentais do homem asseguram que a participação das pessoas nos ateliers esteja aberta e que qualquer questões seja discutida publicamente. Isto é positivo no que se refere a aceitação do Plano Nacional para os Direitos do Homem.

ANEXO 1 : PROGRAMA DA MISSÃO

Programa da Missão do COMITÉ NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS em São Vicente (Mindelo) e em Santo Antão (Ribeira Grande)

18 JULHO 2002

9.00 Encontro com a equipa da Câmara municipal de Mindelo.

15.00 Encontro com representantes das organizações das criança e mulheres.

19 JULHO 2002

9.00 – 12.00 Seminário sobre os Direitos Humanos

12.00 – 14.00 Intervalo para o almoço

14.00 – 17.00 Seminário sobre os Direitos Humanos

22 JULHO 2002

10.00 Encontro com a equipa da Câmara municipal de Porto Novo.

16.00 Encontro com a equipa da Câmara municipal de Paul.

23 JULHO 2002

9.00 Encontro com a equipa da Câmara municipal de Ribeira Grande

10.00 – 12.00 Seminário sobre os Direitos Humanos

12.00 – 14.00 Intervalo para o almoço

14.00 – 17.00 Seminário sobre os Direitos Humanos

OBS.: Seminário aberto ao publico.

Convites a: Membros da administração municipal, Justiça, Educação, Saúde, ONGs, Associações comunitárias de base.

ANNEXE 2 : PARTICIPANTES

PARTICIPANTES NA MISSÃO

N.	Noms des participants	Instituições
1.	Vera Duarte	Comité Nacional dos Direitos Humanos
2.	Geraldine Becchi	PNUD
3.	Armindo Gomes	Ordem dos Advogados/Comité Nacional dos Direitos Humanos

**REUNIÃO COM OS REPRESENTANTE
DAS ORGANIZAÇÕES QUE TRABALHAM
COM AS MULHERES ET AS CRIANÇAS
MINDELO, SAO VICENTE
18 Julho 2002**

N.	Noms des participants	Instituições
1.	Vera Duarte	Comité Nacional dos Direitos Humanos
2.	Geraldine Becchi	PNUD
3.	Armindo Gomes	Ordem dos Advogados
4.	Filomena Maria da Luz	Centro Acolhimento Irmãos Unidos
5.	Maria Carlota C.A. Lopes dos Santos	Centro Juvenil Nhô Djunga
6.	Antónia Júlia Ramos dos Reis	Câmara Municipal de S.Vicente
7.	Maria José Mascarenhas	Casa da Criança
8.	Maria Crescência Mota	Organização de Mulheres
9.	Maria da Luz Spencer Soares	Instituto Cabo-verdiano de Menores
10.	Angela Maria Mendes Freitas Ramos	Cruz Vermelha de Cabo Verde

ATELIER SOBRE OS DIREITOS DO HOMEM
MINDELO, SAO VICENTE
19 Julho 2002

N.	Noms des participants	Instituições
1.	Vera Duarte	Comité Nacional de Direitos Humanos
2.	Geraldine Becchi	PNUD
3.	Armindo Gomes	Ordem dos Advogados
4.	M ^a Carlota C. A. Lopes dos Santos	Centro Juvenil Nhô Djunga
5.	Maria Helena Melo	Câmara Municipal de S. Vicente
6.	Antónia Júlia Ramos dos Reis	Câmara Municipal de S. Vicente
7.	Maria das Dores Silveira	Câmara Municipal de S. Vicente
8.	Gabriel Moacyr Rodrigues	Assembleia Municipal
9.	José Pedro Mariano	Assembleia Municipal
10.	Maria Carolina Freitas Santos	Conservatória de Registos
11.	Maurino Delgado	Município
12.	Manuel de Jesus Monteiro	Polícia de Ordem Pública
13.	Maria da Luz Spencer Conceição	Instituto Cabo-verdiano de Menores
14.	Auriza Silva Pinto Lima	Delegação Escolar
15.	Mercedes Ferreira D. Leite	Organização de Mulheres C.V.
16.	Maria Crescência Mota	Organização de Mulheres C. V.
17.	Graciette Maria Fonseca	Instituto Cabo Verdiano Solidariedade
18.	Celina Maria Nascimento dos Reis	Instituto Cabo Verdiano Solidariedade
19.	Filomena da Luz	Centro Acolhimento Irmãos Unidos
20.	Maria Angela Brito	Morabi
21.	Maria da Luz da Rosa	Geração Nova
22.	Eugénia Soares	Ministério do Trabalho
23.	José João Freitas	Ministério do Trabalho
24.	Zélia L. Rodrigues	Centro Inform. Adolescentes e Jovens
25.	Mayra Rocheteau	Ministério de Agricultura
26.	Lígia Morais Leite	Biblioteca Municipal
27.	Ana Paula Delgado	Igreja do Nazareno
28.	Jorge M B. M. Duarte	Domingos António Duarte, Lda
29.	Francisco Cruz	Comando Militar
30.	Francisca Alves	Promoção Social
31.	Nataniel Barros	Advogado

ATELIER SOBRE OS DIREITOS DO HOMEM
RIBERA GRANDE, SANTO ANTÃO
23 Julho 2002

N.º	NOME	INSTITUIÇÃO
1.	Vera Duarte	Comité Nacional de Direitos Humanos
2.	Geraldine Becchi	PNUD
3.	Jorge Santos	Câmara Municipal Ribeira Grande
4.	Armindo Gomes	Ordem dos Advogados
5.	Anisio Rodrigues	Câmara Municipal Ribeira Grande
6.	Inês Santos Alexandre	Direcção do Internato
7.	Urngelia Lena	FCA
8.	Orlando Delgado	GTT – Associação dos Municípios
9.	Joana Mota	Câmara Municipal Paul
10.	Maria Teresa Oliveira	Cruz Vermelha Ribeira Grande
11.	António Jorge Monteiro	Câmara Municipal Ribeira Grande
12.	Maria Jesus Rodrigues	Assembleia Municipal Ribeira Grande
13.	Silveria Rocha Mendes	Câmara Municipal Ribeira Grande
14.	Maria Adelina Delgado	Centro de Emprego S.A
15.	Maria Aldina Delgado	Centro de Emprego S.A
16.	Leandra de Fatima Silva	Câmara Municipal Porto Novo
17.	Maria Gertrudes Brito	OMCV Porto Novo
18.	Mariana Mendes Lopes	OMCV Ribeira Grande
19.	P. Lino Gonçalves	Paroquia Nª Srª Do Rosário
20.	Honorio Chantre	Individual
21.	Socorro A R. Fontes	Igreja Nazareno
22.	Pedro Antonio Santos	Caritas
23.	Arlinda de Fatima F. P. Ramos	Morabi
24.	Alberto Alves	Câmara Municipal Paul “Ponto Focal”
25.	José João Fatuda	Alfabetização Ribeira Grande
26.	José Maniuel Ferreira	AMIPAUL
27.	Jorge Gomes Andrade	ASS. DES. COM. Fajã Janela
28.	Afonso Delgado Lima	